

REVISTA REDAÇÃO

24/05/2015 - Ed. 19



Lucas Rocha

A CLASSE MÉDIA NA PENÚRIA

Produtos e serviços com elevação de preços maior que a inflação oficial destroem o poder de compra e obrigam milhões de brasileiros a mudar os hábitos de consumo.

Mariana Queiroz Barboza



// Alguma luz sobre as contas de hospital

CRISTIANE SEGATTO

Uma nova ferramenta digital permite comparar preços de remédios comprados por instituições privadas.

// A vocação literária de Frei Betto

MANUEL DA COSTA PINTO

Conhecido por sua atuação política contra o regime militar, o autor de "Batismo de sangue" fala da literatura, política e critica os desvios de rota do PT

A classe média na penúria (MARIANA QUEIROZ BARBOZA)

Produtos e serviços com elevação de preços maior que a inflação oficial destroem o poder de compra e obrigam milhões de brasileiros a mudar os hábitos de consumo

CADA VEZ PIOR

Para conseguir pagar o reajuste da escola dos filhos, Pedro, 7, e Catarina, 5, a blogueira Loreta, 32, e o marido, o engenheiro Flávio Berezutchi, 37, reduziram o plano da operadora de celular, que havia passado de R\$ 99 para R\$ 135. "Continuo pagando o mesmo valor, mas por um serviço pior", afirma Loreta. A academia entrou no corte e o casal passou a dividir o custo de um personal trainer com os vizinhos



Os brasileiros estão dando menos importância às marcas e **MAIS ATENTOS ÀS OFERTAS**

ENQUANTO a crise econômica não chega ao bolso das pessoas, elas tendem a achar que os problemas anunciados pelos especialistas não passam de miragem. O PIB empacou? Os investimentos caíram? O governo trabalha sem superávit? Se isso não afeta a vida ou trabalho de alguém, provavelmente não vai significar coisa alguma. Mas as questões financeiras dos brasileiros passam por um momento singular. A inflação, aquela velha senhora que parecia domada pelo Plano Real, está de volta. Junto dela, ressurgem lembranças ruins e os temores que pareciam confinados a um passado distante. Para quase todo mundo, não há nada mais chocante e verdadeiro no campo econômico do que a descoberta de que os preços

estão em forte disparada. Isso não só escancara a crise – sim, ela está aí e desta vez veio com força – como causa impactos financeiros imediatos. Para a classe média, essa realidade é ainda mais cruel. A conta para esse grupo de brasileiros está pesada. Entre janeiro e abril, as mensalidades escolares subiram, em média, 10%. No supermercado, alguns alimentos ficaram, neste ano, 40% mais caros. O preço da gasolina acelerou 9%. Nos cursos de idiomas, a alta superou 11%. Tudo isso para uma inflação oficial de 4,56% nos quatro primeiros meses de 2015. Está caro demais viver no Brasil – e, se o governo não agir com tenacidade, vai ficar ainda mais.

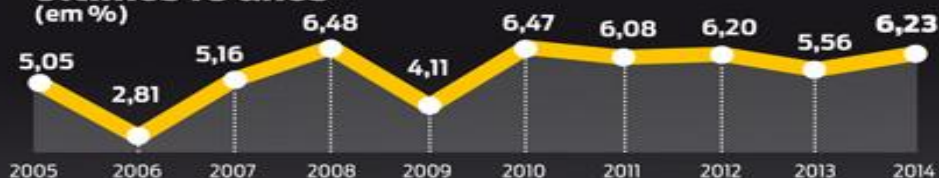


DE SAÍDA - Paolina Pin, 21, trancou a faculdade para estudar nos EUA. “Mesmo com o dólar a R\$ 3, sai mais em conta viver lá do que morar sozinha em São Paulo”, diz. Paolina mora com a mãe, a empresária Catia, 43, e o irmão, Levi, 2. Para economizar, Catia tem cortado o cabelo do filho em casa

O estouro inflacionário deixou a classe média no sufoco e vem provocando mudanças nos hábitos de consumo. A publicitária e blogueira Loreta Berezutchi, 32 anos, está acostumada a fazer contas para encaixar as necessidades e caprichos dos filhos Pedro, 7, e Catarina, 5, no orçamento que divide com o marido, o engenheiro civil Flávio, 37. No começo do ano, quando viu que as mensalidades da escola subiriam cerca de 15%, Loreta passou um pente fino na imensa lista de materiais pedidos e reciclou lápis, pastas e cadernos. Ao perceber que o avanço dos preços era generalizado, sobretudo o do leite, que praticamente passou a custar o dobro, a blogueira tomou medidas ainda mais radicais. Cortou os R\$ 300 que ela e o marido gastavam na academia e dividiu um professor com outros moradores do prédio onde mora, ao custo de R\$ 70 por pessoa. Na mesma época, o plano de celular e internet, que antes custava R\$ 99, aumentou para R\$ 135. “Não dava para manter como estava”, diz Loreta. “Então reduzi meu tempo de ligação e dados de internet. Continuei pagando o mesmo valor, mas por um serviço pior.”

A família de São Paulo mostra como a inflação, aliada à desaceleração da economia, tem reduzido o poder de compra da classe média nos últimos meses. Agora, esses brasileiros não só deixam de sair de casa para jantar, como prestam mais atenção às ofertas e batalham descontos, dão menos importância às marcas, frequentam menos os salões de beleza e evitam os passeios em shopping centers. Alguns chegaram a adiar a troca do carro e, a despeito dos protestos dos filhos, cancelaram a viagem das férias de julho. O cenário pessimista é compartilhado por empresários e economistas. Na semana passada, o mercado elevou suas projeções pela quinta vez consecutiva e a expectativa é que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, a medida oficial da inflação no Brasil) encerre o ano em 8,31%. Se o número provar-se verdadeiro, essa será a maior variação em 12 anos.

O avanço da inflação nos últimos 10 anos* (em %)



8,34
Acumulado dos últimos 12 meses em abril/2015

8,31
Perspectiva para 2015

4,5%
Meta da inflação: , com margem de dois pontos percentuais para mais ou para menos

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Banco Central

Fora de controle

Variações de preços no acumulado do ano até abril medidas pelo IPCA (em %)

No supermercado

Batata	15,41
Ovo de galinha	17,96
Manga	21,97
Couve-flor	22,39
Alface	24,19
Cenoura	27,97
Feijão carioca	28,24
Abacate	30,70
Cebola	47,84
Tomate	48,65

Em casa

Energia elétrica residencial	38,12
------------------------------	-------

No transporte

Gasolina	9,06
Ônibus urbano	11,91
Metrô	13,46

Na educação

Ensino médio	10,19
Ensino fundamental	10,29
Educação infantil	10,45

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Acima do teto

O Índice do Custo de Vida da Classe Média mede a inflação das famílias paulistanas que recebem entre 10 e 39 salários mínimos

0,82%

O índice fechou abril com alta de, maior do que a taxa de março (0,69%)

7,15%

Nos últimos 12 meses, a inflação da classe média chega a, acima do teto da inflação (6,5%)



1,54%

A habitação é o grupo que mais cresceu no mês, influenciada, sobretudo, pelo aumento na conta de luz



0,93%

Em seguida, aparece a alimentação, que subiu em abril, puxada pelos preços da refeição fora de casa, do tomate, do leite longa vida e do mamão



1,07%

A saúde, com alta de, também é uma das vilãs devido aos reajustes nos planos de saúde, nos remédios e produtos farmacêuticos



1,19%

O grupo vestuário cresceu. Os itens responsáveis são a camisa masculina e a calça feminina

Fonte: Ordem dos Economistas do Brasil

ECONOMIA NO TRANSPORTE

A dentista Joelma, 39, o farmacêutico Robert Woolley, 41, e o filho do casal, Lorenzo, 3, só vão a Punta Cana nas férias porque a viagem foi planejada antes da crise. "Se tivéssemos que resolver agora, não iríamos", diz Joelma. Para aliviar o peso no orçamento, Robert substituiu a gasolina pelo álcool na hora de abastecer o carro e eventualmente usa o transporte público. "É bem mais desconfortável, mas é uma economia"



Embora os preços nos supermercados e restaurantes assustem, o que mais pesa para a classe média são as despesas com habitação. Nesse grupo social, as casas costumam ter mais equipamentos eletrônicos e lâmpadas. Por isso, gastam mais energia. Não por acaso, o recente reajuste nas tarifas elétricas atingiu em cheio a população. De janeiro a abril, segundo o IPCA, a conta de luz subiu 38%. Considerando só a classe média, esse item aumentou 19% apenas em abril e 47% neste ano, de acordo com o Índice do Custo de Vida da Classe Média (ICVM), elaborado pela Ordem dos Economistas do Brasil. O ICVM mede a variação dos preços de 468 itens na Grande São Paulo, mas, segundo seu coordenador, o economista José Tiacci Kirsten, tem alcance mais amplo, já que o comportamento não difere muito no interior do Estado.

Na hora de pagar as contas, o aumento sentido parece muito maior que as estatísticas oficiais. Parte dessa sensação pode ser explicada pela economia comportamental. O psicólogo israelense Daniel Kahneman, vencedor do prêmio Nobel de Economia em 2002, afirma que as pessoas tendem a dar mais importância aos eventos negativos que positivos. No livro "Rápido e Devagar – Duas Formas de Pensar", Kahneman cita um experimento para comprovar sua tese. Segundo ele, uma única barata tira todo o apelo de um pote cheio de cerejas, mas uma única cereja é incapaz de tornar um pote de baratas mais atraente.

É fácil de entender como o raciocínio se aplica à economia. Basta colocar lado a lado três produtos com o mesmo peso: A, B e C. Se o valor de A subir 10%, o de B permanecer estável e o de C cair 10%, a inflação no período

será zero. Contudo, para quem consome mais o produto A – item, portanto, que terá mais peso na cesta –, a sensação de que a inflação subiu é muito maior. "Na prática, famílias com crianças em idade escolar percebem uma inflação mais alta quando ocorrem aumentos nas mensalidades escolares e famílias com idosos a percebem com os aumentos dos remédios e planos de saúde", diz André Braz, analista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. "Já famílias de baixa renda, aquelas que recebem até 2,5 salários mínimos mensais, notam mais a inflação quando os preços dos alimentos e das passagens de ônibus urbano ficam mais caras." Assim, para chegar a uma média nacional, o IPCA é medido em 13 regiões metropolitanas e abrange famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos.

Alguns economistas argumentam que um pouco de inflação não faz mal. Em países estáveis e com economia relativamente desenvolvida, uma taxa ao redor de 2% e 3% é até saudável para o crescimento do PIB. Isso porque estimula os investimentos, o aumento dos salários e o consumo – se um produto ficasse mais barato dia após dia, não haveria razão para comprá-lo agora, nem investir na compra de um equipamento, no caso de uma empresa. Mas a questão brasileira é bem diferente. Quando o índice ultrapassa o limite saudável, os efeitos são perversos. Segundo o próprio Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, essas distorções podem ser observadas "no encurtamento dos horizontes de planejamento das famílias, empresas e governos, bem como na deterioração da confiança de empresários." Em resumo, corrói o poder de compra, o consumo e o potencial de crescimento da economia, o que afeta também a geração de empregos e a renda. É nesse pesadelo que o País está mergulhado.

Quando fizeram as contas de quanto gastariam numa noite de diversão no Rio de Janeiro, a produtora de eventos Raphaela Rodrigues, 32 anos, e o publicitário André Olive, 45, desistiram de sair na última hora. O valor do ingresso do show (R\$ 80 para cada) mais o táxi (R\$ 75) e os gastos com bebida seriam um exagero que não podem mais cometer. Optaram por fazer um jantar em casa. "Tinha preguiça de cozinhar, mas agora não tem outro jeito", diz Raphaela.

Para conter a inflação, o governo tem usado a velha estratégia de aumentar os juros, o que encarece o crédito e, no fim do ciclo, espanta consumidores. Na última reunião, em 29 de abril, o Copom elevou a taxa básica de juros, Selic, em 0,5 ponto percentual, para 13,25% ao ano. Segundo especialistas, ela deve seguir a trajetória ascendente. O Banco Central, afinal, já disse que continuará a subir os juros até suas projeções apontarem para uma taxa de 4,5% no fim de 2016. Além do crescimento da demanda por serviços, existem outros motivos na raiz do aumento de preços e da redução do poder de compra. Para Rodrigo Zeidan, professor de economia e finanças da Fundação Dom Cabral (FDC), o choque inflacionário que o País enfrenta é, em parte, resultado da desvalorização cambial e do realinhamento dos preços administrados (como combustíveis e eletricidade). Para ser mais direto: o governo represou preços em 2014 e a conta veio agora. Em Brasília, o professor Sidney Barbosa, 66 anos, enche o tanque do carro a cada quatro dias. Com o aumento da gasolina neste ano, ele sentiu essa despesa subir um terço.



MUDANÇA NA ROTINA

Depois que a escola dos filhos Igor, 15, Ian, 10, e Alice, 8, subiu 20% e a faculdade de Victor, 18, 10%, a empresária Dayana Bialski, 47, e o marido, o advogado Cláudio, 48, começaram a fazer compras em redes de atacado, cancelaram a viagem das férias de julho e passaram a se revezar com amigos nos compromissos dos filhos, para economizar no transporte. "Gastava R\$ 300 nas compras semanais, hoje gasto R\$ 450", diz Dayana

A INFLAÇÃO ENCURTA O HORIZONTE DO PLANEJAMENTO

de famílias, empresas e governos

Na opinião de Zeidan, da FDC, para conter o avanço do IPCA é muito melhor fazer um ajuste fiscal, em que o governo gaste menos, do que monetário – com a vantagem de que isso ainda diminuiria a relação dívida/PIB no longo prazo. “A questão é que aumentar os juros é mais fácil para o governo, porque não precisa de autorização do Congresso”, diz o pesquisador. José Tiacci Kirsten, da Ordem dos Economistas do Brasil, confia no efeito positivo do ajuste fiscal para o ano que vem, quando a pressão inflacionária deve arrefecer. “Neste ano, estamos comprometidos, não tem mais salvação”, afirma.

Numa perspectiva de longo prazo, não há fórmula mágica. A cartilha dos economistas recomenda melhora na produtividade, o que implica em modernização da infraestrutura, qualificação da mão-de-obra e reformas estruturais. Hoje o Brasil é um dos países com pior desempenho no Ranking Global de Competitividade do Fórum Econômico Mundial, ocupando o 57º lugar. No índice organizado pela Confederação Nacional da Indústria, com 14 nações, o País só ganha da Argentina. O exemplo para mudar essa realidade poderia vir do agronegócio. Nas últimas duas décadas, a produção nacional de grãos avançou mais de 200%, enquanto a área cultivada ampliou-se em apenas 50%.

TROCA ADIADA

A advogada aposentada Sandra Furtado, 62, confessa que era uma consumista. Com a crise, teve que mudar. “Há quanto tempo não compro um sapato? Nem lembro”, diz. O costume de trocar de carro a cada dois anos também ficou no passado. Sandra está com o mesmo automóvel desde 2010 e pretendia comprar um novo nesse ano. Ainda pagando as parcelas de uma viagem que fez para Miami em dezembro, resolveu esperar



**O BC SINALIZOU QUE
VAI SUBIR OS JUROS**
até sua projeção do ipca
chegar a 4,5% em 2016



Acabou a festa da classe C

A folga no orçamento ficou menor e o crédito está mais caro



A expansão da economia nos últimos anos, com geração de emprego e distribuição de renda, colocou ao alcance da ascendente classe C o financiamento de um carro novo, a compra de aparelhos eletrônicos de última geração e a oportunidade da primeira viagem de avião. Com 108 milhões de pessoas, esse universo compreende mais da metade da população brasileira e é responsável por um consumo anual superior a R\$ 1 trilhão. A festa, porém, parece ter acabado. A inflação alta obrigou o governo a elevar a taxa de juros. Com isso, o crédito ficou caro demais – e a classe C começa agora a pagar a conta, cada vez maior graças à elevação da carga tributária. O acesso ao consumo de bens supérfluos e ao lazer está cada vez mais restrito, porque as famílias estão mais endividadas e têm menos folga no orçamento. Em abril, segundo cálculo da Tendências Consultoria, com base no IPCA, o valor que restou às famílias com renda de até cinco salários mínimos após o pagamento de gastos essenciais foi de 32,7% – a menor taxa para o mês desde 2009. Até o sonho da casa própria foi atingido pela contenção de despesas. Neste ano, a Caixa Econômica Federal deverá cortar R\$ 25 bilhões do montante destinado ao financiamento habitacional. O valor é tão significativo que corresponde a 20% da quantia destinada ao setor em 2014.

Na opinião de Zeidan, da FDC, para conter o avanço do IPCA é muito melhor fazer um ajuste fiscal, em que o governo gaste menos, do que monetário – com a vantagem de que isso ainda diminuiria a relação dívida/PIB no longo prazo. “A questão é que aumentar os juros é mais fácil para o governo, porque não precisa de autorização do Congresso”, diz o pesquisador. José Tiacci Kirsten, da Ordem dos Economistas do Brasil, confia no efeito positivo do ajuste fiscal para o ano que vem, quando a pressão inflacionária deve arrefecer. “Neste ano, estamos comprometidos, não tem mais salvação”, afirma.

Numa perspectiva de longo prazo, não há fórmula mágica. A cartilha dos economistas recomenda melhora na produtividade, o que implica em modernização da infraestrutura, qualificação da mão-de-obra e reformas estruturais. Hoje o Brasil é um dos países com pior desempenho no Ranking Global de Competitividade do Fórum Econômico Mundial, ocupando o 57º lugar. No índice organizado pela Confederação Nacional da Indústria, com 14 nações, o País só ganha da Argentina. O exemplo para mudar essa realidade poderia vir do agronegócio. Nas últimas duas décadas, a produção nacional de grãos avançou mais de 200%, enquanto a área cultivada ampliou-se em apenas 50%.

Enquanto isso não acontece, é preciso variar as formas de investimento para proteger as aplicações financeiras. Queridinha dos brasileiros, a poupança não é mais uma opção. Seus ganhos têm sido corroídos pela inflação desde dezembro do ano passado. Uma alternativa seria aplicar nos títulos do Tesouro Direto. Uma espécie de poupança protegida da inflação, o Tesouro Direto está ao acesso de praticamente qualquer um da classe média. Entre as opções disponíveis, existem os papéis indexados ao IPCA e à taxa Selic, com rentabilidade média de 13%. Mas isso não vai salvar por completo as finanças de ninguém. O Brasil, afinal, enfrenta o cenário mais difícil – retração econômica combinada com inflação alta. Resolver essa equação é o dilema que se impõe ao governo Dilma Rousseff.

MARIANA QUEIROZ BARBOZA é Jornalista e escreve para esta publicação. Com reportagem de Ludmilla Amaral e Luisa Purchio. Fotos: Airam Abel/Ag. Istoé, Thiago Bernardes/Frame; Frederic Jean/Ag. Istoé. Revista ISTO É, Maio de 2015.

Alguma luz sobre as contas de hospital (CRISTIANE SEGATTO)

Uma nova ferramenta digital permite comparar preços de remédios comprados por instituições privadas



Nova ferramenta permite controlar melhor quanto custa os tratamentos privados de saúde
(Foto: Thinkstock/Getty Images)

CUIDAR da saúde está cada vez mais caro. O aumento dos custos, uma tendência mundial, costuma ser atribuído a três fatores: adoção de tecnologia (novas drogas e procedimentos custam mais); envelhecimento da população (viver mais requer mais cuidados) e indefinição do valor dos serviços de saúde.

Essa terceira razão me fascina porque é um fator incômodo, sobre o qual pouco se fala. Os hospitais prestam serviço sem saber direito quanto ele custa. Os planos de saúde remuneram esses prestadores sem saber quanto o serviço realmente vale. Os preços de medicamentos banais e de materiais hospitalares básicos variam absurdamente entre as diversas instituições. Enquanto os hospitais e os convênios vivem às turras por essa e outras questões, quem sofre as piores consequências são os clientes. É a novela de sempre. Os planos de saúde ficam mais caros ou o acesso aos serviços é dificultado pelos convênios.

O pior dos cenários é ser abandonado pelo plano de saúde em caso de doença grave e dispendiosa e precisar arcar com as despesas hospitalares como um paciente particular. Essa é uma tragédia capaz de levar as famílias à falência, como ÉPOCA revelou nesta reportagem no ano passado. O setor de saúde precisa de um choque de transparência. Uma primeira semente será lançada hoje pela Bionexo, comunidade eletrônica de negócios que reúne mais de 800 hospitais e 15 mil fornecedores de todo o país. Há 15 anos, os hospitais que são clientes da empresa conseguem comparar os preços e condições de entrega de fornecedores de tudo o que eles precisam para funcionar: remédios, materiais, itens de gastronomia e hotelaria.

A cada dia, hospitais de todo país realizam 1,5 mil cotações por meio da empresa. Cada cotação pode conter um número infinito de itens (medicamentos, materiais etc). Os fornecedores fazem propostas e os negócios se realizam. A Bionexo sabe quanto cada cliente paga pelos mais diversos produtos e acompanha as variações de preço. É informação relevante demais para ficar guardada a sete chaves.

A partir de hoje, parte desses dados será publicado no endereço www.infonexo.com.br, acessado apenas por dispositivos móveis (celular ou tablet). Qualquer pessoa poderá consultar o preço máximo, médio e mínimo dos medicamentos comprados pelos hospitais privados que fizeram compras por meio da empresa. O nome das instituições não será divulgado, mas a revelação das variações locais ou regionais é um primeiro passo em direção à tão almejada transparência.

Testei o serviço e encontrei grandes variações de preço, inclusive dentro da mesma região do país. Basta selecionar o nome do princípio ativo desejado para consultar a média das transações, por Estado, mês a mês – desde junho de 2014 até abril de 2015. No mês passado, os hospitais privados de Minas Gerais pagaram R\$ 0,08 por comprimido de Captopril (25 mg), um antihipertensivo amplamente usado no país. As instituições de São Paulo pagaram três vezes mais (R\$ 0,27) pelo mesmo produto. No Rio de Janeiro, cada comprimido custou R\$ 0,14. No Espírito Santo, R\$ 0,29.

O que explica grandes variações como essa? Volume negociado? Impostos? Outras razões? “Ainda não sabemos”, diz o engenheiro de produção Maurício Barbosa, fundador da Bionexo. “A beleza dessa iniciativa está justamente em permitir que perguntas como a sua sejam feitas”, diz ele.

Muitas outras surgirão, principalmente se os economistas, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os consumidores começarem a realizar estudos a partir da ferramenta. “Romper com silos de desinformação beneficia toda a sociedade, principalmente quando se trata de informações importantes como preço de medicamentos”, diz Barbosa. “A tecnologia e os algoritmos computacionais estão ajudando a construir uma sociedade mais colaborativa e transparente”.

O próximo projeto da Bionexo é publicar os preços de materiais hospitalares, um desafio muito maior pela enorme variedade dos produtos. É um bom começo. Que outras iniciativas iluminem esse mercado obscuro e doente.

CRISTIANE SEGATTO é Repórter especial, faz parte da equipe de ÉPOCA desde o lançamento da revista, em 1998. Escreve sobre medicina há 17 anos e ganhou mais de 10 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. **Revista ÉPOCA, Maio de 2015.**

A vocação literária de Frei Betto (MANUEL DA COSTA PINTO)

Conhecido por sua atuação política contra o regime militar, o autor de “Batismo de sangue” fala de literatura, política e critica os desvios de rota do PT



PRESTES a completar 71 anos e com sessenta livros publicados, Frei Betto descobriu o amor pela escrita muito cedo, quando suas redações escolares (ou composições, como se dizia à época) fizeram os professores identificarem seu talento – mas só se tornou um autor “graças aos generais brasileiros”.

Integrante da Ação Católica, grupo que se opunha ao regime militar, Carlos Alberto Libânio Christo foi preso duas vezes: em 1964 e no período 1969-1973, quando estava no Rio Grande do Sul e participava de uma rede clandestina formada pelos dominicanos para apoiar os insurgentes.

Dessa segunda experiência, resultaram dois livros de cartas, atualmente reunidas num único volume intitulado Cartas da prisão. Começava a se desenhar aí o perfil do religioso e militante que publicou vários títulos de caráter memorialístico – entre eles, Batismo de sangue, que narra os episódios que levaram ao assassinato do ativista Carlos Marighella e que daria origem ao filme homônimo de Helvécio Ratton.

O cruzamento de atuação política com religião aproximaram Frei Betto do cristianismo progressista dos dominicanos e da teologia da libertação, mas jamais sufocaram sua verdadeira vocação – a literatura. Vocação que foi alimentada pela mãe, Maria Stella Libânio Christo, cristã progressista e autora de livros sobre culinária (entre eles, o clássico Fogão de lenha), e pelo pai, Antônio Carlos Vieira Christo, advogado, cronista e ferrenho anticlerical, que chorou copiosamente quando soube que o filho ia ingressar na ordem dos dominicanos, mas que mais tarde se tornaria “fã da teologia da libertação, de D. Pedro Casaldáliga”, segundo Frei Betto.

Na entrevista a seguir, concedida no convento dos dominicanos, no bairro paulistano de Perdizes, o autor de Minas do ouro fala da preocupação de dissociar a ficção das questões ideológicas – que continuaram presentes em suas intervenções públicas, levando-o a participar do programa Fome Zero, durante o governo Lula, mas não o impedindo de ser um crítico dos desvios de rota do PT e da timidez da esquerda.

CULT – Quando a literatura e a escrita aparecem na sua vida?

FREI BETTO Comecei a escrever muito cedo. Sempre conto que, aos oito anos, quando estava no grupo escolar, minha professora, Dercy Passos, entrou na sala com um maço de composições (belo nome que se usava então para as redações) e, ao fazer a correção, deixou a minha por último. No fim, disse à classe: “Vocês deveriam fazer como Carlos Alberto; ele escreve as próprias composições, não pede para os pais fazerem por ele”. Aí meu ego bateu lá em cima... E mais tarde, no primeiro ano de ginásio, no Colégio Marista, meu professor de português me chamou e disse: “Você só não será escritor se não quiser”. Só que, para mim, ser escritor era coisa de outro mundo, para gente muito erudita. Foi daí que me meti no jornalismo. Comecei, em 1966, por onde muitos almejavam concluir carreira: a revista Realidade. Mas só me tornei autor graças aos generais brasileiros, ao escrever Cartas da prisão – que foram publicadas primeiramente no exterior [com outros títulos e em volumes separados], primeiro na Itália, em 1971, em seguida na França e em outros países. Depois, em 1977, saíram no Brasil.

CULT A experiência política marcou muito sua literatura. Em que momento surge uma ficção “pura”, sem essa preocupação?

FREI BETTO A militância me dificultou muito na ficção, que é o que mais gosto de fazer. Tive de lutar para me desfazer dessa camisa de força. Meu primeiro romance foi O dia de Ângelo, onde ainda havia essa camisa de força, tinha um pouco das minhas experiências em celas solitárias. Depois vieram Hotel Brasil e Minas do ouro – em que me soltei mais.

CULT Essa mudança coincide com o período posterior à queda do muro de Berlim, quando as grandes questões ideológicas declinam. É só depois disso, por exemplo, que você escreve Hotel Brasil, um romance policial. Há alguma relação?

FREI BETTO Até onde consigo enxergar conscientemente, queria enfrentar o desafio de fazer um policial – duplo desafio de criar a ficção e o mistério, conduzir o leitor até o fim sem que ele descubra quem é o assassino. Foi isso que passou na minha cabeça. Não tive a consciência de que, com a crise das ideologias, iria fazer literatura “pura”. Reservo 120 dias do ano só para escrever. Não são dias seguidos, mas são sagrados. E muitas vezes estou fazendo ficção e fico árido; daí, inevitavelmente, leio Machado de Assis. Ele me reaquece, provoca minha inventividade. Fui um leitor voraz de Jorge Amado e Erico Verissimo, de quem era amigo e que me ajudou a montar uma biblioteca na penitenciária em que estive preso – e fui muito marcado pela literatura francesa, Camus, o Sartre do teatro e de A náusea.

CULT Falando em Jorge Amado e Sartre, que eram escritores muito engajados, como você avalia a esquerda de hoje?

FREI BETTO A esquerda hoje é uma raridade. Conheci muito intimamente o mundo socialista, na Nicarágua, depois em Cuba, onde durante dez anos, entre 1981 e 1991, fiz um trabalho institucional de reaproximação entre Igreja e Estado. Com a queda do muro de Berlim, a esquerda acadêmica, que nunca teve um trabalho popular, foi cooptada pelo neoliberalismo, a ponto de hoje acontecer uma enorme crise econômica na Europa Ocidental e não haver qualquer proposta de esquerda. O principal problema filosófico hoje é a desistoricização do tempo. Isso se reflete na esquerda mundial, que está perdendo o horizonte histórico (não tem utopia, não tem projeto), e também no plano pessoal – a dificuldade de se ter projeto pessoal na vida profissional, artística, afetiva (todos ficam vulneráveis a qualquer dificuldade na relação conjugal). Isso está nos levando à falta de esperança, e faz com que a discussão política desça do racional ao emocional. Sempre participei de discussões políticas e nunca vi nível de animosidade tão forte como agora, porque se apagou o horizonte histórico. Não é fácil ser de esquerda em um mundo tão sedutor quanto o do capitalismo neoliberal. Daí o problema do PT, que foi perdendo o horizonte histórico de um projeto Brasil e trocando-o pelo horizonte imediato de um projeto de poder.

CULT Quando percebeu que o PT abandonou seu projeto inicial?

FREI BETTO Isso desaparece na campanha de 2002, quando o PT faz a opção de assegurar a governabilidade pelo mercado e pelo Congresso – daí as alianças e a “Carta aos Brasileiros”, que na verdade é a “carta aos banqueiros”. Ali, o PT abandona sua matéria-prima, que são os movimentos sociais pelos quais deveria ter assegurado a governabilidade, como fez Evo Morales na Bolívia, que não tinha apoio no congresso, se apoiou nos movimentos sociais e, através deles, conseguiu mudar o perfil do congresso. Hoje, ele tem apoio dos dois, é o presidente mais consolidado de toda essa safra progressista. O PT optou pelo mercado e pelo Congresso. Agora, está refém dos dois e pagando um preço muito alto. Tanto que chamou um homem do mercado para ver se melhora a economia e entregou a parte política para o PMDB.

CULT Se você já havia se decepcionado desde a “Carta aos Brasileiros”, por que participou do programa Fome Zero, do governo Lula?

FREI BETTO Achei que a “Carta aos Brasileiros” fosse uma coisa tática, que, uma vez eleito, o PT faria reformas estruturais, tributária, agrária, algum tipo de reforma. Estava altamente entusiasmado. Sempre fui convidado para trabalhar em administração, mas nunca quis trabalhar nem para a iniciativa privada nem para governos. Gosto dessa vida cigana,

solta. Quando Lula foi eleito e me convidou para o Fome Zero, achei que trabalhar com os mais pobres entre os pobres – os famintos – se enquadrava em minha perspectiva pastoral e tive todo apoio de meus superiores dominicanos e até de Roma. Fiquei dois anos e, de repente, o governo matou o Fome Zero para substituí-lo pelo Bolsa Família. Tive então a certeza de que essa opção contrariava a tudo aquilo que o PT vinha pregando desde a fundação. O Fome Zero era um programa emancipador, o Bolsa Família é compensatório. O Fome Zero ia mexer na estrutura do país e por isso foi boicotado pelos prefeitos. Era coordenado por comitês gestores municipais, não passava pelos prefeitos, não havia como usar os recursos para fazer jogo eleitoral, então os prefeitos se rebelaram, pressionaram a Casa Civil, que pressionou Lula. No fim, Lula cedeu e eu caí fora.



Frei Betto, em frente ao Palácio do Planalto: “Não há caldo de cultura para impeachment ou golpe militar” Créditos: Foto José Cruz/ Agência Brasil

CULT Você chegou a escrever que o PT faz “populismo cosmético”.

FREI BETTO O erro do Lula foi ter facilitado o acesso do povo a bens pessoais, e não a bens sociais – o contrário do que fez a Europa no começo do século 20, que primeiro deu acesso a educação, moradia, transporte e saúde, para então as pessoas chegarem aos bens pessoais. Aqui, não. Você vai a uma favela e as pessoas têm TV a cores, fogão, geladeira, microondas (graças à desoneração da linha branca), celular, computador e até um carrinho no pé do morro, mas estão morando na favela, não têm saneamento, educação de qualidade. É um governo que fez a inclusão econômica na base do consumismo e não fez inclusão política. As pessoas estavam consumindo, o dinheiro rolando e a inflação sob controle, mas não se criou sustentabilidade para isso. Agora a farra acabou, está na hora de pagar a conta e chama-se o Joaquim Levy [ministro da Fazenda].

CULT Os católicos de esquerda foram preteridos pelo PT por conta dos compromissos com os evangélicos?

FREI BETTO Lula sempre reconheceu que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram mais importância na capilaridade do PT pelo território brasileiro do que o sindicalismo. Nos anos 80, havia núcleos do PT no fundo do Maranhão ou do Amazonas graças a essas comunidades. Enquanto foram atuantes, não havia evasão de fiéis para as igrejas pentecostais. Foi o fato de o Pontificado de João Paulo 2º reprimir as CEBs que fez com que os bispos já não as patrocinassem e que muitas pessoas bandeassem para as igrejas evangélicas. Nas CEBs, o pobre se sente à vontade. Mas numa igreja, não. Você vai à paróquia e só tem classe média, tem a patroa, tudo é centrado no padre – não há convivência

como numa comunidade. Ainda existem as CEBs, mas não com aquela força de antes. As CEBs produziram muitos militantes, como Erundina, Vicentinho, Chico Alencar. As figuras éticas [do PT] têm uma tradição de igreja. O PT é formado por três segmentos: o pessoal da Igreja, o do sindicalismo e o da esquerda – remanescentes da esquerda da época da ditadura (Zé Dirceu, Paulo Vannuchi etc.). O pessoal das CEBs, por formação pessoal, nunca teve muita gana de poder. Aos poucos, ficaram em segundo plano. Por outro lado, os evangélicos estão armando uma grande estratégia de domínio da política brasileira, que se resume ao seguinte: “Nossos princípios religiosos exigem determinadas atitudes morais e nós só podemos impor isso de duas maneiras: convertendo toda a nação (o que é impossível) ou tendo o poder de fazer a lei civil obrigar as pessoas a agirem como nós queremos (já que a lei é universal)”. Se você tem a caneta, você transforma seu princípio religioso em lei.



Frei Fernando, Frei Betto, Frei Ivo e Frei Tito (da esquerda para a direita), durante julgamento dos dominicanos em 1971
Créditos: Divulgação

CULT Você vê sinceridade religiosa nessas posturas ou é manipulação de sentimentos reativos dos fiéis?

FREI BETTO As duas coisas. Há os fundamentalistas e há os que são meramente oportunistas. Estes perceberam que aquilo é um manancial de votos. O pastor diz claramente: “o candidato é esse”. Isso não acontece na Igreja Católica – aconteceu lá nos anos 30, com a LEC (Liga Eleitoral Católica), em que o bispo dizia “isso sim, isso não”. Nas igrejas evangélicas, há hoje um direcionamento muito explícito. Muitos políticos estão ali por fundamentalismo, muitos por oportunismo.

CULT Qual sua posição sobre a liberação do aborto?

FREI BETTO Defendo o modelo francês. Tudo deve ser feito pelo Estado para convencer a mulher a não abortar, mas a decisão final é dela. Esse modelo, em primeiro lugar, fez com que acabasse o aborto clandestino e, portanto, diminuísse o índice de mortes. Em segundo lugar, o fato de o médico e o ministro da confissão religiosa da mulher induzirem-na a não abortar aumentou o índice de mulheres que foram à procura do aborto, mas decidiram assumir o filho. Eu mesmo tenho

experiência pessoal disso. Já recebi vários adolescentes nessa situação e sempre disse o seguinte: “Tenha o filho e deixe aqui que eu crio, pode deixar na porta do convento”. Nunca ninguém trouxe e hoje tenho uma porção de apadrinhados... Tenho uma posição aberta, acho que aborto em última instância é um direito da mulher e não pode ser criminalizado de jeito nenhum.

CULT Mas isso não vai contra os dogmas da Igreja?

FREI BETTO Não é dogma. Se fosse, a Igreja também teria de ser contra a guerra, não haveria capelão militar e, nos EUA, seria contra pena de morte. Na verdade, há uma ambiguidade na teologia. São Tomás de Aquino aceitava o aborto até quarenta dias após a fecundação, porque ainda não haveria ali, propriamente, uma pessoa – e ele é a doutrina oficial da Igreja. A discussão teológica não está fechada. Tanto que escrevi um texto sobre isso em 1988, que circulou na CNBB, e nunca recebi advertência. Aliás, nesse texto digo que “se homem parisse, aborto seria um sacramento”...

CULT E em relação ao casamento homossexual?

FREI BETTO O fundamento da relação de qualquer ser humano é o amor – e, se há amor, há Deus. O tema da sexualidade e da família está congelado na Igreja Católica desde o século 16. Tentou-se várias vezes abrir esse tema nos concílios, mas ele foi podado. Acho que o papa Francisco, muito inteligentemente, está conseguindo quebrar esse preconceito. Em vez de falar “vamos aceitar o casamento homoafetivo”, ele fala “esses casais têm filhos, as crianças não têm direito à catequese?”. Com isso, já abriu o caminho. Ele acaba de receber no Vaticano um transexual espanhol que foi discriminado pelos bispos e que agora vai casar. Foi um escândalo na Espanha, tanto que dizem que a direita de lá reza assim para o papa: “Senhor, iluminaí-o ou eliminaí-o”.

CULT Outro tema atual que divide a opinião pública é a redução da maioridade penal. Qual sua posição?

FREI BETTO Criminalizar a juventude é uma maneira cômoda de se omitir naquilo que deveria ser feito para evitar a criminalidade juvenil: dar educação. É o caso das UPPs do Rio: a polícia sobe à favela, mas não sobem escola, teatro, cinema, esporte, música – e o traficante não quer que seu filho seja bandido, quer que ele seja doutor. Uma geração já poderia ter sido salva no Rio se os equipamentos sociais também tivessem subido às favelas.

CULT Como militante e ex-presos político, como vê o clamor pelo impeachment da presidente e pela volta da ditadura?

FREI BETTO Não me preocupam ameaças de impeachment ou golpe. Não há caldo de cultura. Os militares nem saem de farda na rua. Militar, no Brasil, antes andava orgulhosamente de farda, até para arrumar namorada...

O que me preocupa é a despolitização da juventude brasileira. Os segmentos de esquerda deveriam estar preocupados com a politização, como houve imensamente nos anos 70 e 80. Não há mais formação de consciência crítica – e aí o pessoal vai no emocional, no oba-oba da volta dos militares, sem ter ideia do que foi a ditadura, que pode parecer que foi tranquila, mas é porque havia uma censura brutal. Estamos voltando a esse nível de desinformação, a esse horror à política.

MANUEL DA COSTA PINTO é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista CULT, Maio de 2015.**

Como Conversar com um Fascista? (MÁRCIA TIBURI)

Sobre um desafio teórico-prático.

O GENOCÍDIO indígena, o massacre racista e classista contra jovens negros e pobres nas periferias das grandes cidades, a homofobia, o feminicídio, a manipulação das crianças, em poucas palavras, o *ódio ao outro* se estabelece em nossa sociedade no âmbito do extermínio da própria política. Sabemos que é preciso exterminar a política para que o capitalismo selvagem (tendencialmente, sempre selvagem) se mantenha. É preciso exterminar o desejo de democracia pelo autoritarismo efetivado na prática diária. Para exterminá-la é preciso que o povo a odeie e é isso o que o autoritarismo é e faz.

O autoritarismo é um modo de exercer o poder, mas é também um ideário, uma espécie de regime de conhecimento. Como visão de mundo, ele é fechado ao outro. Ele opera pelo discurso e pela prática sempre bem engrenadas que se organizam ao modo de uma grande falácia, ao modo de um imperativo de alto impacto performativo: o outro não existe e se existe deve ser eliminado. Ora, dizemos regime de conhecimento pensando na operação mental da negação do outro, mas o conhecimento como gesto na direção do outro é justamente o que é destruído pelo autoritarismo que se basta com máscara sem rosto do conhecimento transformado em ideologia, ou seja, em ofuscamento da verdade social.

Tudo o que não presta

Nada do que possamos chamar de conhecimento pode ser concebido fora do seu registro ético-político. Se o registro do conhecimento funciona pela negação do outro, ele nega a si mesmo. Sem o outro, o conhecimento morre. O enrijecimento é uma prova da morte do conhecimento que se torna cegueira ideológica. A ideologia é a redução do

conhecimento à fachada, como que sua máscara mortuária. O conhecimento, que deveria ser um processo de encontro e disposição para a alteridade que o representa, sucumbe à sua própria negação. Daí a impressão que temos de que uma personalidade autoritária é também burra, pois ela não consegue entender o outro e nada que esteja em seu circuito.

A propaganda é o método que a sustenta a negação do outro. A propaganda fascista, a propaganda do ódio, que prega a intolerância, que afirma coisas tão estarrecedoras, como fez o famoso deputado Heinze ao dizer que “quilombolas, índios, gays, lésbicas”, são “tudo o que não presta” é a destruição do conhecimento, como relação com o outro, que está na base do desejo de democracia. Autoafirmação de ignorância, assinatura da estupidez. Mas é, ao mesmo tempo, a destruição da política por um discurso antipolítico de um agente que deveria ser político, mas que está voltado para o instinto de morte antipolítico.

Em casos como o desse discurso podemos falar em uma prática discursiva “tanática”, exemplo perfeito da “tanatopolítica” contemporânea. Típico discurso fascista. Mas a quem esse discurso convence? Eis uma questão que precisamos nos colocar até para poder combater esse discurso ou para criar alternativas para a sobrevivência de uma política democrática, para uma política melhor, para um poder da diferença, um poder compreensivo que acolha a tradição dos oprimidos. Quem fala o que fala, sem nenhuma responsabilidade, por um lado deve ser legalmente questionado, por outro, é preciso colocar em jogo a questão das condições de possibilidade que, na cultura, fazem surgir falas como essa. Como alguém pode se autorizar ao discurso fascista que é fomentado por sua propaganda? De outro, quem é suscetível à propaganda? Se a propaganda fascista que é um tipo de discurso – e uma verdadeira metodologia de alienação social – continuar vencendo, não teremos futuro. Em que direção devemos agir diante desse estado de coisas?



Experimentum Crucis

É neste contexto que podemos nos colocar a questão da qual proponho que façamos um “experimentum crucis” teórico-prático: como conversar com um fascista? Digo isso pensando que podemos avançar para além do discurso da denúncia e da queixa. Quem se sente atacado nem sempre deve contentar-se com a posição de vítima. Colocar-se na posição de vítima é um perigo e é muito diferente de ser sujeito de direitos. É uma péssima estratégia em tempos em que o

poder está em mão perversas que adoram imolar vítimas no altar do Estado e do Capital. A vítima, dizia um sábio alemão que lutou contra o fascismo, sempre desperta o desejo de proscrever. Empoderamento é a saída. Contra a posição da vítima, podemos pensar na posição do guerreiro sutil, aquele que desafia o poder desde a sua interioridade, desde seu núcleo duro, para desmontá-lo estrategicamente. Neste ponto, em bases sutilíssimas, podemos falar de diálogo e a questão “como conversar com um fascista?” se torna um emblema do desafio democrático.

Quem luta por direitos sabe que a conversar é impossível. Mas da possibilidade de perfurar a blindagem fascista depende o recuo do fascismo infelizmente a cada dia renovado pelo fomento da propaganda fascista dos políticos antipolíticos e dos meios de comunicação de massa. O diálogo é, neste caso, a “metodologia democrática” básica que poderia operar em situações privadas ou públicas. Ele parece impotente diante do ódio. Ele parece delicado demais. Mas o diálogo em si mesmo é um desafio. Um desafio micropolítico, cuja colocação em cena pode nos ajudar a pensar no que fazer, no como agir em escala macropolítica. Estamos no terreno de uma estratégia teórico-prática. Esse desafio tem três tempos:

1- o tempo do outro, tempo apavorante enquanto o outro é sempre o desconhecido, aquele que ameaça em algum sentido a “minha” ordem;

2- o tempo da abertura de si que implica perceber-se como um outro, o que só se dá ao nível do imaginário e do discernimento, pois jamais teremos acesso ao sentir e pensar do outro, assim como ele não terá do nosso, senão pela exposição cuidadosa do que sentimentos e pensamos;

3- o tempo interminável, a saber, o da permanência na experiência do diálogo, ou seja, a manutenção qualificada da metodologia. Em outras palavras, permanecer no lugar do diálogo como insistência no encontro. Não ceder ao ódio, permanecer tentando entender e, ao mesmo tempo, oferecer certo desentendimento como oportunidade ao outro de entender a diferença. Nesse sentido, o diálogo é resistência.

O diálogo não é a conversa entre iguais, não é apenas uma fala complementar, mas a conversa real e concreta entre diferenças que evoluem na busca do conhecimento e da ação que dele deriva.

Para que o diálogo ocorra é preciso haver isso que chamamos de abertura ao outro. A abertura existe na mentalidade democrática, ela está aberta ao outro em função de experiências cognitivas e culturais. Não existe no caso de uma personalidade autoritária que está fechada ao outro, também por motivos cognitivos e culturais, motivos que incidem na formação da experiência pessoal e coletiva. A conversa com a alteridade que vai além dos argumentos tem um ponto decisivo no âmbito afetivo. Não do sentimento, apenas, mas do modo como nos “afetamos”, no sentido do que fazemos uns com os outros. Se o democrata está aberto ao outro, seu grande desafio pode ser mostrar como produzir essa abertura ao outro em nossa sociedade. Daí o sentido crucial do lema “como conversar com um fascista?” que se torna, na contramão, um imperativo experimental democrático que precisa ser antecipado na conduta de quem quer produzir democracia hoje.

Não podemos apenas nos queixar que essa abertura não existe, mas pensar em como deve ser produzida. Em outras palavras, a questão pode ser a de como apresentar a experiência do outro a quem ainda não o concebeu? Penso nesse caso, em uma didático-política e em uma estético-política. Infelizmente, não temos as instituições convencionais agindo nessa direção. As instituições negam o outro. Precisamos, portanto, mudar as instituições, ou criar instituições capazes de contemplar o outro.

Sabemos que nossos povos nativos eram e são abertos ao outro, assim como sabemos que o colonizadores não eram e que os “ruralistas” de hoje não são. Sabemos que os machistas e sexistas, que os exploradores e manipuladores em geral, também não são. Na base de todos eles está o princípio do fascismo como ódio aos diferentes. Os diferentes que devem ser excluídos. O fascismo produz opressão de um lado, de outro, seduz para a forma autoritária de viver garantindo aos que vivem esvaziados de pensamento, ação e afeto, que o mundo está bem como está. O fascismo cancela, ao nível do discurso exposto nas mídias, nos púlpitos e palanques que constroem opiniões públicas e mentalidades coletivas, a chance de pensar no que *estamos fazendo uns com os outros* que poderia nos garantir uma vida mais prazerosa. Precisamos revitalizar esta pergunta como pergunta coletiva capaz de orientar nosso diálogo. O fascismo também colonizou os prazeres pelo estético-moralismo que é o consumismo ao qual foi reduzida a antiga e emancipatória categoria ética da felicidade. Mas não devemos aderir a isso só porque as coisas se apresentam assim hoje.

Treino para o ódio

Dizemos há séculos “o poder corrompe” como se tivéssemos sido treinados para essa citação formal, sem que saibamos muito sobre seu conteúdo. Assim como muitos dizem “tudo o que não presta” imitando uns aos outros no gesto espetacular de falar por falar. A fala por imitação se funda na citação. O autoritarismo é “citacionalista”. Repete ideias lançadas no âmbito da propaganda fascista, ela mesma viciosa e repetitiva. O autoritarismo depende da sua repetibilidade, pois ele é uma máquina de produção de subjetividade pelo discurso. Daí a importância da falação odiosa. Não pensamos no que dizemos. Para entender o conteúdo do que dizemos precisamos entender a forma com que dizemos. E isso é muito complicado. O diálogo é mais ainda por que não nos ocupamos em prestar atenção no que pode ser um diálogo, ele mesmo um modo de conversar cheio de potências. Não fazemos a sua experiência na microfísica do cotidiano que poderia nos dizer algo sobre nossa potência de transformação em termos macrofísicos. Precisariamos pensar mais, é verdade, mas vivemos no vazio do pensamento, ao qual podemos acrescentar o vazio da ação e o vazio do sentimento.

Atualmente, como em todas as épocas em que o autoritarismo é a prática de extermínio da política, os cidadãos são chamados diariamente ao treinamento do ódio. Sabemos que nenhum afeto é totalmente espontâneo, que nenhum sentimento é natural. O treino para o amor ou para o ódio se dá pela repetição dos discursos. É preciso repetir e aderir, copiar, imitar. Falar por falar. Repetir o que se diz na televisão e nos meios de comunicação. Ficar muito tempo ouvindo a mesma coisa para dizê-la de qualquer jeito. Ou dizer sem sequer saber o que se diz. No gesto do mero “compartilhar” sem ler que se tornou fácil (tanto quanto o “comprar com um clique” pela internet) sabemos que estamos na mera reproduzibilidade da informação que nada quer dizer. Fugimos do pensamento analítico. Fugimos do discernimento que ele exige.

Ora, a fuga do pensamento produz o seu vazio. Ela o retroalimenta. Só a interrupção do círculo vicioso do pensamento vazio é capaz de mudar o rumo autodestrutivo nos âmbitos micro e macropolíticos. O ódio é o afeto capitalista que fomenta a morte diabólica do diálogo. Política é produção simbólica. É sinônimo de democracia como laço amoroso entre pessoas que podem falar e se escutar não porque sejam iguais, mas porque deixaram de lado suas carapaças arcaicas e quebraram o muro de cimento onde suas subjetividades estão enterradas.

A política como perfuração de muros ideológicos depende da persistência da resistência. Depende de aprendermos o que pode ser um diálogo enquanto guerrilha metodológica que precisa ser mais forte do que o ódio nesse momento. Não acabaremos com o ódio pregando o amor, mas agindo em nome de um diálogo que não apenas mostre que o ódio é impotente, mas que o torne impotente. Então precisamos começar a conversar de um outro modo, mesmo que pareça impossível.

MÁRCIA TIBURI é graduada em filosofia e artes e mestre e doutora em filosofia. É professora do programa de pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Mackenzie e colunista da revista Cult. Publicou diversos livros, entre eles *A Mulher de Costas* (2006) e *O Manto* (2009), *Era meu esse Rosto* (Record, 2012). É autora ainda dos livros *Diálogo/desenho*, *Diálogo/dança*, *Diálogo/Fotografia* e *Diálogo/Cinema* (ed. SENAC-SP). **Revista CULT, Maio de 2015.**

I love Projac (MALU FONTES)

SE HÁ algo que nunca deu muito certo na televisão brasileira foi trama de novela centrada na vida de gente pobre e na periferia. Favela, então, vade retro. Isso é muito diferente de afirmar que nunca houve pobres e pobreza nas telenovelas, desde que muito bem arrumadinhos, sem faltar nenhum dente, sem melasmas e muito menos com micoses aparentes.

Os pobres, as periferias e as favelas, quando existiram nas novelas, quase sempre ficaram reduzidos a um cercadinho denominado pelos entendidos no tema como ‘núcleo pobre’. Na história das telenovelas, a favela com maior destaque na trama foi a Portelinha, comandada pelo caricato Juvenal Antena (Antônio Fagundes), na global Duas Caras. Coube ao SBT, em 1990, a primeira tentativa de fazer uma telenovela só com pobres, Brasileiros e Brasileiras, que resultou num retumbante fracasso de audiência porque, pelo menos naquela época, Joãozinho Trinta tinha razão: quem gosta de pobreza é intelectual.

Com a internet e a popularização da TV a cabo, a audiência tradicional se esfacelou e as emissoras abertas não sabem hoje com quem falam, em termos de público, e muito menos sobre o que devem falar para agradar mais do que estão conseguindo. A audiência caiu e, nesse cenário, apostar em novos temas e formatos, embora sem nenhuma garantia de certeza, é a única estratégia disponível. Em outras palavras: a TV aberta está atirando para todos os lados para ver se acerta um alvo.

Se a classe média fugiu para os tablets, smartphones e canais por assinatura e se a periferia cansou de não se ver representada nas novelas, quem sabe uma fábula sobre uma favela fake e embelezada não reconecte ambas à telinha? Afinal, alguém com o nome de Marizete, mas com a cara e o corpo de Bruna Marquezine, não incomoda nem o Morumbi nem Paraisópolis. Na frente da nova namoradina nacional, o Brasil do andar superior até esquece seu desprezo pelo dessemelhante, o periférico.

Morar no cenário

É nesse contexto que a Globo aposta as fichas da vez em *I Love Paraisópolis*, a novela recém-estreada das 19h e que não teria nada demais não fosse o cenário uma míme de uma favela de verdade, a homônima Paraisópolis, uma das maiores da América Latina, e localizada ao lado de um dos bairros mais sofisticados de São Paulo, o Morumbi.

Ou seja, na nova atração, as coisas se invertem. A trama passa-se inteiramente na favela fake e os ricos foram reduzidos a um pequeno núcleo. E de malvados, encarnados essencialmente pelos brancos e loiros Letícia Spiller e Henri Castelli. O que não deixa de ser engraçado é o conteúdo do marketing de umbigo da novela, em todos os programas da emissora, do Vídeo Show ao Fantástico, passando por Ana Maria Braga e os telejornais. Não se fala em outra coisa senão na incrível semelhança entre a favela real e a fake, a do *I Love*, inteiramente montada no Projac, onde tudo é tão lindo quanto irreal.

Até o traficante, o Grego, não trafica. Até agora, a inspiração da novela em uma favela rendeu cenas hilárias, todas ocorridas fora da novela e exibidas em programas da emissora. Numa delas, Henri Castelli declarou ao Jornal Hoje o seu alto grau de intimidade com a real Paraisópolis. Por quê?

Porque mora perto: no Morumbi. Noutra, uma equipe do Vídeo Show leva uma moradora de Paraisópolis para visitar os cenários da favela no Projac. Ao final da visita, a senhorinha, naquele carrinho projaquiano, derrete-se: preferiria morar naquele cenário. Para fechar com chave de ouro, a última edição do Fantástico fez Maurício Kubrusly encontrar na Paraisópolis de verdade as Marizetes reais. Só faltou ir a Nova York buscá-las.

MALU FONTES é Doutora em Cultura pela UFBA, jornalista e professora de Jornalismo da mesma Universidade. **Jornal CORREIO, Maio de 2015.**

A moral dos coitadinhos (LUIZ FELIPE PONDÉ)

A DEMOCRACIA contemporânea tem como um dos seus eixos a crença num contrato social baseado numa contabilidade de direitos. Todos querem direitos. Existe uma fé muito clara de que o direito a qualquer coisa que seja "é por si só um direito".

Filósofos britânicos dos séculos 18 e 19, entre eles Edmund Burke e Jeremy Bentham, integrantes do que a historiadora americana Gertrude Himmelfarb chama de iluminismo britânico, suspeitavam que uma democracia de direitos poderia levar à dissolução da relação entre direitos e deveres. E, por aí, a uma dissolução da noção de responsabilidade moral. Em termos contemporâneos, uma democracia de coitadinhos que pedem direito a tudo.

Os britânicos colocavam essa separação entre direitos e deveres na conta do delírio jacobino. A ideia dos britânicos era que se você trabalha muito (dever), você tem direito ao descanso. Se você é corajoso (dever), você tem direito à reverência daqueles que gozam da vida graças à sua coragem. Se você cuida bem de sua família (dever), você tem direito ao reconhecimento por parte daqueles cuidados por você.

Esses britânicos, que segundo Himmelfarb faziam uma sociologia das virtudes, entendiam que direitos e deveres são objetos da moral e jamais da política. Os jacobinos achavam que a política é que devia gerir os direitos. Para os britânicos, ao tornar isso objeto da política, os franceses eliminavam o fator esforço (dever) do ganho (direito).

Os franceses teriam inventado a ideia de que existem direitos "inalienáveis" do homem, pelo simples fato de que são homens. Acho a ideia fofa, mas continuo pensando como os britânicos: se dissociarmos direitos de deveres, viramos bebês chorões que só sabem exigir direitos.

Dito isso, vamos ao caso dos coitadinhos de hoje, no espírito de uma antropologia do ressentimento, a melhor ciência para compreendermos o espírito contemporâneo. Vejamos o caso dos homens (gênero, não espécie) que estão começando a reclamar dos deveres masculinos. Na base dessa queixa está o bom e velho ressentimento. Uma das demandas desses homens é o direito ao "aborto social". O termo é derivado de coisas como "nome social" para se referir a nomes transgêneros (ou seja, aceitos pela sociedade, mas sem referência ao sexo biológico, como uma menina que quer ser homem e passa a se chamar Roberto em vez de Alice, seu nome de nascimento).

"Aborto social" refere-se ao direito dos homens recusarem legalmente a paternidade de uma criança. Se o direito pega, o chamado "golpe da barriga" acaba. Nem a mãe nem a criança podem pedir grana (que é o que se pede, normalmente, em casos como esse, apesar de dinheiro não ser a coisa mais importante do mundo...). A verdade é que, hoje, muitos homens mais jovens se sentem coitadinhos diante de mulheres superpoderosas. E já que as mulheres podem abortar os filhos, biologicamente (poder único da mulher), os homens reclamantes exigem o direito de abortar "socialmente" o feto. Sinto cheiro de ressentimento e vingança nessa, você não?

Mas existem fenômenos mais "sofisticados". Logo uma namorada vai ouvir do parceiro: "Você deve buscar funções que remunerem bem porque eu não estou disposto a arcar com o peso da obrigação de ser o provedor". E aí, meninas superpoderosas, o que fazer com esses coitadinhos que não aguentam o peso e a solidão das obrigações? Nada a fazer, pois cobrar do homem o papel de provedor é "opressão", não?

Nada de ser professora de criança, nem de fazer artes plásticas, nem de trabalhar meio período, nem de trabalho "como escolha". Apenas a dura obrigação de prover. O trabalho deixa de ser uma opção existencial e se torna maldição cotidiana. Claro que muitas meninas já vivem isso. Resta saber se estão confortáveis nesse lugar. Sendo a mentira a base de grande parte do pensamento público hoje, pouca gente tem a coragem de reconhecer a fria em que se meteu.

Ninguém quer deveres, só direitos. Mas são os deveres que sustentam a formação de vínculos; os direitos apenas geram demandas, por isso servem para políticos e embusteiros.

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, 'Contra um mundo melhor' (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2015.**

Castigo, punição e consequência (ROSELY SAYÃO)

CASTIGO, punição, consequência. Essas palavras não saem da cabeça e do vocabulário de mães e de pais. Por que será que sempre pensamos nelas quando algumas de nossas atitudes não funcionam com nossos filhos, ou sempre que eles desobedecem às ordens dos pais, transgridem as regras familiares ou da casa, fazem coisas que não deveriam ou não fazem as que deveriam?

Talvez porque, sem reconhecer isso com clareza, consideremos que o sofrimento imposto a eles seja educativo, quer dizer, que ensine algo. Por isso, vamos refletir a esse respeito e, principalmente, mostrar as diferenças entre as três palavras. O conceito de castigo e de punição são semelhantes: o objetivo dessas ações dos pais são, sempre, fazer com que o filho - independentemente da idade - sofra e associe esse sofrimento ao ato que o antecedeu, para não repeti-lo.

O maior problema do castigo é que quase sempre ele é aplicado aos filhos justamente nos momentos em que os pais estão bem alterados pelo que o filho fez. Em clima de intensas emoções, o castigo pode ser exagerado e nem sempre os pais conseguem reverter a situação, por receio de perder a autoridade.

Dou um exemplo: a filha de 13 anos de uma jovem mulher abusou do uso do celular e estourou a conta. A mãe, então, decidiu proibir a ida à festa que a garota esperava ansiosamente. A mãe arrependeu-se depois, mas aí já era tarde. E, no mês seguinte, a garota extrapolou a conta novamente, além de cometer outras transgressões por ter ficado revoltada com a decisão da mãe.

Um outro problema do castigo é que, em geral, ele não é previamente combinado com o filho, o que o deixa um tanto quanto perdido. Imagine, caro leitor, você entrar em um jogo sem saber ao certo as regras dele, tampouco as faltas e as penalidades correspondentes. Difícil, não é? Pois é isso o que ocorre com os mais novos: eles podem até saber, em teoria, o que devem ou não devem fazer, mas sem conhecer o contexto das transgressões vão cometê-las sem considerar as possíveis consequências e sem avaliar se vale ou não a pena cometê-las.

Castigo e punição funcionam de vez em quando, mas pouco ensinam porque quase nunca têm relação com o ato anteriormente praticado. Já a consequência tem um sentido diferente, justamente porque mostra uma ligação estreita entre o ato e o que vem após ele. E isso, muitas vezes, é natural, ou seja, a própria vida se encarrega de aplicar.

Vou voltar ao esporte: quando um jogador comete uma falta que prejudica o adversário, a penalidade em geral oferece uma vantagem ao último, o que acaba por prejudicar também o time do jogador que cometeu a falta. Mas, de vez em quando, o jogador avalia o risco e comete a falta mesmo sabendo da consequência, por considerar que vale a pena pagar a penalidade. A mesma coisa acontece com os filhos: se há jogo, é de se esperar a transgressão, mesmo tendo sido tudo previamente combinado.

A vida sempre ensina que, a cada escolha que fazemos, temos consequências: algumas delas são benéficas, outras prejudiciais e outras neutras. Os filhos precisam entender isso, e os pais, que os mais novos nem sempre fazem as melhores escolhas, porque há motivos e impossibilidades que os levam a fazer as escolhas possíveis ou desejadas naquele contexto, mesmo que elas tragam consequências ruins.

Educar é ensinar aos mais novos como a vida é, e não mostrar como vivê-la. É isso que os pais devem considerar ao aplicar um castigo, uma consequência ou, simplesmente, mostrar ao filho o que a escolha feita acarretou na vida dele.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2015.**

Educação federal e desafogo municipal (CRISTOVAM BUARQUE)

A MARCHA anual de prefeitos a Brasília, programada para a próxima semana, chama atenção para a necessidade de se rever o pacto federativo, o que inclui o papel das diferentes esferas de governo nos gastos com educação.

Se os chefes municipais tomarem para si a luta por aumento das responsabilidades da União no financiamento da educação de base, darão um importante passo para garantir educação de qualidade a todas as crianças, independentemente do local onde elas vivem. Essa é uma luta com justificativa ética, pois é imoral termos educação com diferença de qualidade em função de renda ou de endereço.

Também tem justificativa lógica porque é uma estupidez nacional desperdiçar cérebros. Assegurar educação de qualidade a todas as crianças é estratégia fundamental para aproveitar o potencial econômico de talentos e quebrar a desigualdade social. Pobreza e desigualdade de renda, entre famílias e entre cidades, não permitem oferta de educação pública com qualidade a todas as crianças brasileiras, o que reproduz a vergonha de uma economia ineficiente e uma sociedade desigual.

As boas escolas particulares exigem mensalidades superiores à renda média domiciliar per capita e ao valor da receita total per capita de cerca de 45% de nossas prefeituras. Uma educação republicana e apropriada às necessidades do mundo atual exige salário capaz de atrair os mais preparados e motivados professores, selecionados com rigor, sujeitos à dedicação exclusiva, avaliação periódica e cumprimento de calendário escolar.

Exige também escolas sob eficiente gestão descentralizada, bem edificadas e equipadas, com horário integral e currículo mínimo comum com o máximo de conteúdo adaptado às exigências do mundo atual. Implementar um projeto que

atenda a tais requisitos teria custo total por aluno ao redor de R\$ 10 mil por ano. Isso só será possível se a educação for questão nacional, financiada com recursos federais. Por falta de condições, muitas prefeituras não estão conseguindo cumprir sequer a Lei do Piso Salarial (R\$ 1.917,78 por mês), menos ainda oferecer todos os componentes para uma educação de qualidade.

Liderados pela Confederação Nacional dos Municípios, prefeitos vão pedir medidas federais para sair do risco de ilegalidade a que estão ameaçados pelo dilema entre cumprir o piso salarial ou as regras de responsabilidade fiscal. Para compatibilizar a legalidade de suas gestões com aumento de qualidade de suas escolas, os prefeitos precisam ir além de pequenas reivindicações por mais recursos ou por redução de exigências legais.

Precisam pedir que o governo federal adote a educação de suas crianças. Precisam questionar por que só as que estudam em escolas públicas federais - cerca de 297 mil, concentradas em poucas cidades, ou 0,6% do total de matrículas - têm direito à educação de qualidade. Para defender a saúde intelectual de suas crianças e a saúde fiscal de seu município, cada prefeito em dificuldade para compatibilizar as duas coisas deveria escrever à presidente Dilma Rousseff, admitindo não ter como oferecer a educação que as crianças merecem e de que o Brasil precisa, e solicitar que o governo federal adote suas escolas.

A adesão dos prefeitos à luta pela adoção federal de escolas municipais é fundamental para que o Brasil tenha educação básica de qualidade. Sem maior responsabilidade da União pelos gastos com educação, além de condenar prefeituras à ilegalidade, impediremos o país de usar o mais importante recurso econômico do século 21, reproduzindo a sociedade desarmônica e condenando crianças à exclusão.

CRISTOVAM BUARQUE, 71, professor emérito da Universidade de Brasília, é senador pelo PDT-DF. Foi governador do Distrito Federal (1995-1999) e ministro da Educação (governo Lula). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2015.**

Desejo e necessidade (CONTARDO CALLIGARIS)

POUCAS semanas atrás, no fim da coluna de 23 de abril, escrevi: "Alguém acredita que a delinquência seja um efeito da pobreza?". Era uma pergunta retórica, que supunha a resposta negativa: ninguém mais acredita nisso. Pois bem, alguns leitores pensam diferente e me escreveram. Adoraria concordar com eles; seria mais sensato e mais fácil acreditar que o crime nasce da necessidade.

Com isso, ele se tornaria racional (somos todos bons, só que a alguns faltam coisas necessárias) e poderia ser abolido pela reforma social: num mundo sem necessitados, não haveria mais crimes. Para defender a ideia de que a necessidade seria a mãe do crime, um de meus correspondentes observou: se não fosse assim, por que, nas prisões, há poucos ricos e tantos pobres? Pois é, se há mais pobres do que ricos nas prisões, não é porque os primeiros se tornaram criminosos por serem pobres: é porque os últimos sempre têm advogados melhores.

Sinto (sem ironia), mas preciso dar esta má notícia aos leitores que me escreveram: com poucas exceções, o crime não é filho da necessidade, é filho do desejo. É uma constatação da qual fugimos, talvez porque o desejo nos pareça sempre um pouco fútil: ele corre atrás de reconhecimento e de objetos que não são propriamente necessários para a sobrevivência. É por isso que Fulano assalta e mata? É por isso que Sicrano pede propina para encomendar merenda escolar? Sim, é por isso.

Para explicar a diferença entre necessidade e desejo, uma parábola: num país asiático, durante uma campanha de controle de natalidade, os camponeses mais pobres que aceitassem passar por uma vasectomia poderiam escolher entre dois prêmios: um saco de arroz ou um radinho de pilhas. Quase todos escolheram o radinho, apesar da fome, e devo confessar que tenho simpatia por aqueles camponeses. Orientar-se pelo desejo talvez fosse, para eles, o jeito mais radical de se livrar da necessidade, no sentido de não ser definido por ela.

Só me indigna que ninguém tenha pensado no fato de que, depois de algumas horas, a pilha do radinho morreria e eles não teriam como trocá-la. Dizemos com frequência que um jovem da periferia se torna soldado do tráfico "por falta de oportunidades". A mesma coisa podemos dizer de um jovem de classe média como João Estrella ("Meu Nome Não É Johnny", livro de Guilherme Fiuza e filme de Mauro Lima). Entre os menos ou os mais favorecidos, tanto faz: o desejo é uma força tão poderosa quanto, senão mais poderosa que, a necessidade.

Só às vezes não há comida, mas sempre faltam reconhecimento e "coisas" - o que é suficiente para que o desejo seja tentado por algum atalho. Será que isso significa que não há crimes por necessidade? Há, claro, uma minoria de crimes que acontecem por necessidade. No dia 13 de maio, Mário Ferreira Lima, eletricista do Jardim Ingá (GO), tentou furtar dois quilos de carne em Santa Maria (DF) e foi preso.

A reportagem do UOL (<http://migre.me/pUdem>) conta que Ferreira Lima pediu aos policiais que levassem comida para sua casa, pois, naquele dia, o filho, Diego, 12 anos, tinha saído para escola sem almoçar. Na casa em que o eletricista vive com o filho não há móveis nem fogão: o que havia foi vendido - para sobreviver. Desde o episódio, pai e filho vêm recebendo doações (não solicitadas) de dinheiro, utensílios e alimentos (os próprios policiais foram os primeiros a doar).

Sobre o pai, Diego comentou: "Sei que ele fez isso porque estávamos precisando". E o próprio pai: "Estava há dois dias sem comer e precisava também alimentar meu filho. Não justifica, porém foi por extrema necessidade". Os crimes por

necessidade são reconhecíveis porque (pensem naquele "não justifica" de Ferreira Lima) a necessidade não acaba com as referências morais do indivíduo. O desejo, sim.

Nota. Há uma terceira "origem" da criminalidade, além do desejo e da necessidade: o sentimento de exclusão. Se acho que não faço parte da sociedade em que vivo, não tenho por que respeitar suas normas e leis.

Isso vale para quem é esquecido na extrema miséria (mas note-se que não valeu para Ferreira Lima, apesar da fome) e também para o privilegiado que se considera acima da sociedade na qual vive. Em ambos os casos, a sensação de não pertencer liberta o "excluído" da obrigação de respeitar normas e leis. Voltarei ao tema.

CONTARDO CALLIGARIS é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2015.**

Brasil e combate internacional à corrupção (MILTON FORNAZARI JUNIOR)

A FACILIDADE com que é possível se locomover pelo mundo e se comunicar com auxílio da internet acrescentou às relações humanas muitos efeitos. Por outro lado, aumentaram os litígios e a prática de crimes internacionais, em especial a corrupção, os crimes financeiros e a lavagem de dinheiro transnacionais, todos complexos por natureza e de difícil comprovação.

Não é demais lembrar que, nesse contexto, os recentes escândalos de corrupção investigados no Brasil tiveram como característica comum a prática de atos criminosos no exterior - pagamentos de propinas no estrangeiro, contas bancárias, empresas "offshore" de agentes públicos em paraísos fiscais etc. A comunidade internacional reagiu a esse cenário mediante a simplificação das formas de cooperação jurídica entre os diversos países, visando facilitá-la entre as autoridades estatais incumbidas da investigação e do processo penal.

No Brasil, apesar de a cooperação jurídica já estar prevista com força de lei ordinária em diversos tratados, bem como no regimento do STJ, para que ela venha a ter a efetividade necessária, ainda lhe falta a edição de uma Lei Geral de Cooperação Jurídica Internacional. Essa lei geral serviria para estabelecer o procedimento, os detalhes e os limites a serem observados na sua tramitação ativa (ao exterior) e passiva (do exterior).

Tal situação é similar à que ocorria com a delação premiada. Embora estivesse prevista em diversas leis penais, faltava-lhe uma disciplina jurídica acerca do seu procedimento, o que foi sanado com a edição da lei nº 12.850/13. Só após a edição da referida lei, as partes envolvidas (juízes, polícia, Ministério Público, advogados e réus) tiveram a necessária segurança jurídica para a aplicação do instituto, incrementada atualmente. O Brasil aderiu à tendência mundial da cooperação por meio do regime jurídico do "mutual legal assistance", denominado internamente como auxílio direto em matéria penal (artigo 216-O, do Regimento do Superior Tribunal de Justiça).

Trata-se de um meio de obtenção de provas de crimes internacionais, bem como da solicitação do bloqueio de bens no exterior e da repatriação de valores, cuja iniciativa é de atribuição do delegado de polícia e do membro do Ministério Público. Caracteriza-se por tramitar entre as autoridades centrais, designadas pelos países envolvidos, dispensando a autenticidade consular e simplificando o andamento no Poder Judiciário quando necessário, observando-se a soberania e a ordem pública de cada país.

Em razão disso, configura-se como uma alternativa ágil e eficaz ao burocrático, moroso e superado regime das cartas rogatórias, concentrado na cúpula do Superior Tribunal de Justiça, o que vai ao encontro da Constituição, em especial ao artigo 4º, IX, que determina que o Brasil exercerá a mais ampla cooperação no âmbito internacional. No atual estágio de evolução do combate à corrupção no Brasil, portanto, torna-se imprescindível e urgente imprimir razoável celeridade à tramitação dos projetos de lei já em curso no Congresso Nacional e no Ministério da Justiça.

A aprovação dessa matéria vai ajudar a eliminar a insegurança jurídica na cooperação internacional, evitando que trabalhos da Polícia Federal, do Ministério Público e da Justiça venham a ser perdidos no futuro por questões meramente formais. Vai colaborar também com a imposição de uma pauta legal preestabelecida a orientar a negociação do Brasil em cada tratado.

MILTON FORNAZARI JUNIOR, 41, doutorando em direito penal na PUC-SP, é delegado na Delefin (Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvio de Recursos Públicos), da Polícia Federal. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Maio de 2015.**